

# **APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo**

Assembleia da República 13 de Outubro de 2010

## **Apresentação - Nota Histórica**

1904 – Associação dos Taberneiros e Tendeiros

1921 – Associação Portuguesa de Hotéis, Restaurantes e Estabelecimentos Congéneres

1941 – Estado Novo - Fundação da União de Grémios da Indústria Hoteleira e Similares do Norte e dos seus Grémios

1976 – Transformação em União de Associações e Associações

1990 – Unihsnor – União das Associações de Hotelaria e Restauração do Norte

2006 – Fusão das Associações e da União das Associações numa entidade única  
Unihsnor Portugal

2008 – APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo

## Apresentação – plano jurídico

### Associação de Empregadores

*Associação* - nos termos do Código Civil

*de Empregadores* - conforme Código do Trabalho e registo no Ministério do Trabalho

### Parceiro Social

- Celebramos Contratos Colectivo de Trabalho com os Sindicatos (FESHAT e FETESE)
- Participamos na Concertação Social

## **Missão**

A nossa missão está perfeitamente definida e demonstra que somos uma associação focada nos associados

Primeiro, apoiar os associados com vista ao cumprimento do quadro legal e regulamentar relativo à instalação e funcionamento dos seus estabelecimentos, bem como à sua qualificação e modernização;

Segundo, representar os associados junto dos organismos oficiais, nos planos local, regional, nacional e europeu,

## **Apresentação – constituição**

Estabelecimentos hoteleiros (da hotelaria independente à hotelaria de cadeias)

Estabelecimentos de turismo no espaço rural ;(turismo de habitação e turismo rural)

Parques de Campismo e de Caravanismo

Estabelecimentos de restauração e de bebidas; restauração pública, restauração colectiva, catering, bares, cafés e pastelarias);

Actividades Similares (Lares, residências seniores, Alojamento local)

Membros : 5.000 empresas

Somos uma associação de âmbito nacional com associados em todos os distritos mas com maior concentração, por razões históricas, nas regiões Norte e Centro

## **Instalações**

Sede : Porto

Escritórios : Viana do Castelo – Braga – Vila Real – Aveiro - Lisboa

## **Organização Executiva**

Quadro de Pessoal – 15 funcionários

Quadro de Externos – 8 colaboradores

## **Financiamento**

Os associados são a fonte de financiamento da Associação

## Participação

A APHORT integra diversas entidades (ARPT, ER, ADDICT etç) mas destacamos duas pela sua importância

CTP – Confederação do Turismo Português  
fundador e vice presidente

HOTREC – Confederação Europeia das Associações de Hotelaria,  
Restaurantes e Cafés.

## Intervenção

Somos uma Associação que intervêm em diversos fóruns, em representação dos associados, procurando apresentar sempre soluções positivas e construtivas.

A título de exemplo indico dois fóruns em que estamos presentes:

Plataforma Contra a Obesidade – Ministério da Saúde

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas – Grupo de Trabalho de Turismo - Ministério da Economia

## Cooperação

Temos Programas de cooperação com muitas Autarquias, visando a informação, a qualificação e a promoção da hotelaria e restauração,

Programas como

«Chaves da Cidade»,

«Prove em ...»

são apenas dois exemplos dessas iniciativas.

## Parcerias

Temos Parcerias com Universidades e Escolas que nos permitiram realizar dezenas de acções de formação de diferentes níveis, dirigidas sobretudo a empresários e quadros de empresas.

A qualificação dos empresários, em particular de micro e pequenas empresas, tem sido a nossa prioridade.

## Agenda

A nossa Agenda corrente de trabalho

«O que está a ser cozinhado em Portugal e em Bruxelas»

Inclui dezenas de itens, com impacto directo nas empresas que representamos e abrangendo as mais diversas áreas, como turismo, transportes, edifício legislativo do sector, assuntos laborais, temas fiscais, alimentação e segurança alimentar, saúde pública, sistemas de incentivo, questões energéticas , etç, etç

Feito este pequeno intróito de apresentação da APHORT gostaríamos de abordar a actual situação do sector e as respostas que julgamos necessárias

## Retrato da situação

- No nosso sector há muitas estatísticas, muitos números, mas mais do que discutir números interessa-nos estabelecer tendências
- Confirmamos a tendência do INE:
  - Hotelaria – Ano de 2010, até agora melhor do que 2009 mas inferior a 2008
  - Restauração – resistiu melhor na primeira fase da crise, começa a dar sinais de dificuldades.

## O futuro próximo (2011)

- Impossível fazer previsões apenas esboçar tendências:
- Mercado nacional – menos rendimento disponível vai implicar: Queda no turismo interno e queda na procura interna junto da restauração;
- Mercado externo – estabilização da situação na Alemanha, Itália e Espanha vai determinar que a procura externa se mantenha com impacto nas regiões mais beneficiadas pelo transporte aéreo e nas zonas de fronteira

## Respostas

As respostas a esta situação passam pela capacidade das empresas para vencerem o desafio de manter a qualidade reduzindo custos e para mostrarem rapidez e flexibilidade na abordagem aos mercados e às oscilações da procura;

As respostas a esta situação passam também pelas políticas públicas de estímulo da procura interna e de apoio à competitividade externa

## Políticas Públicas

No plano interno julgamos que parte da solução está na política fiscal e no seu impacto no consumo.

No plano externo a resposta passa pela promoção externa e um novo modelo de contratualização.

## Políticas Fiscais

Proposta:

- Dedutibilidade do IVA suportado pelas empresas em alojamento e em alimentação

## Políticas Fiscais

Esta proposta:

- Cumpre as Directivas Europeias e está em vigor em diferentes países europeus, como a Espanha;
- Pode constituir um estímulo ao crescimento do consumo de serviços turísticos nos nossos estabelecimentos;
- É vantajosa para o Estado já que a realização de mais despesa nos nossos estabelecimentos vai gerar mais receita de IVA e de IRC

## Promoção Externa

O modelo de contratualização corresponde ao período de maior crescimento do turismo externo, logo deve ser melhorado.

A APHORT propõe:

- Separação total entre as ARPT e as ERT;
- Reafirmar o objectivo estratégico da promoção externa – mais turistas e mais receitas
- Alterar o modelo de «governo» com mais poderes ao sector privado, nomeadamente quanto à designação das equipas executivas;
- Novo modelo de financiamento em que a componente nacional é independente da componente regional

Numa apreciação sumária aos grandes eixos da política de turismo e ao PENT, no que nos diz respeito, gostaríamos de abordar dois pontos:

- A reforma da legislação do sector ;
- O Sistema de Qualidade;

## Reforma legislativa

A reforma legislativa, no que respeita à instalação, licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos, foi bastante bem sucedida. A difícil tarefa de reconversão dos estabelecimentos hoteleiros está a ser bastante bem sucedida. Já no que respeita ao Turismo rural, é pena não haver uma melhor coordenação entre Turismo de Portugal e Autarquias.

Sobre o recente anúncio da legislação sobre o licenciamento zero consideramos que a bondade do legislador no que a esta matéria diz respeito só será realmente aferida quando todo o pacote legislativo “Licenciamento Zero”, se encontre completo

## Sistema de Qualidade

Acompanhamos com muita apreensão que em Portugal se adira a uma tendência, muito criticada já em toda a Europa, de transformar as normas de qualidade em novas formas de «legislação», que nos entram pela «porta dos fundos», à margem de todos os sistemas de controlo democrático de produção de legislação, que são um dos pilares do Estado de direito.

Para terminar gostaríamos de abordar três assuntos que não sendo específicos do nosso sector assumem uma grande relevância para as empresas que representamos

## Legislação laboral

Não nos vamos queixar aqui da actual legislação laboral.

Queixamo-nos sim do excesso de legislação - Como vemos no Manual de Obrigações Laborais elaborado pela APHORT, com a apreciação da ACT- é esmagador o peso das obrigações que resultam do Código do Trabalho -.

Queixamo-nos de não haver total liberdade para, através da contratação colectiva, Associações e Sindicatos construírem o quadro de relações laborais adaptado às características e especificidades do sector, das empresas que o constituem e daquelas que nelas trabalham.

Não deve haver medo de dar aos parceiros sociais a liberdade e o espaço para poderem estabelecer as melhores condições para empregadores e trabalhadores.

## Impostos mascarados

Referimo-nos aqueles impostos e taxas que sub-repticiamente nos entram, pela porta de serviço.

- É a factura da água onde 30% do montante são taxas e impostos;
- É a taxa de certificação energética que, em qualquer pequeno hotel, atinge facilmente mais de um dezena de milhares de euros;
- São as taxas da nova legislação de segurança contra incêndios que teremos de pagar de 2 em 2 anos;
- São as taxas para as vistorias de reclassificação hoteleira que teremos de pagar de 4 em 4 anos
- São as taxas cobradas pelas Estradas de Portugal duplicando as taxas municipais de

Publicidade

- São muitas vezes as coimas, de montantes absurdos e verdadeiros instrumentos de financiamento de muitas entidades;
- Etç etç

## Direitos de Autor e Direitos Conexos

Respeitamos os legítimos direitos dos autores e dos intérpretes à remuneração da sua actividade criativa através dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos.

Mas a situação de abuso de posição dominante que se verifica em Portugal exige uma intervenção legislativa que crie os mecanismos necessários a uma relação de equilíbrio entre as partes.

## Direitos de Autor e Direitos Conexos

Para isso propomos :

*A introdução, no ordenamento jurídico, de um sistema de pagamento de direitos de autor e de direitos conexos, através de uma factura única, cabendo posteriormente às entidades gestoras deste tipo de direitos o rateio dos valores cobrados entre si;*

*A fixação dos valores a cobrar como direitos de autor e direitos conexos, por uma entidade independente*

## Conclusão

Senhoras e senhores deputados a nossa agenda é muito mais vasta como podem imaginar e como referimos.

Não falamos hoje de outros temas que também afectam muito a nossa actividade, como a legislação sobre alimentação, saúde pública, segurança alimentar, transportes, etc etc.

Tomaremos o cuidado de doravante informar regularmente este Grupo de Trabalho sobre estes e outro assuntos esperando assim dar um contributo positivo para o trabalho de V. Exas.

Muito Obrigado